

ABERTURA DA SESSÃO

Aos trinta dias do mês de Março do ano de dois mil e sete, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, teve lugar a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pelo Edital Nº 2/2007, datado do dia 19 de Março de 2007, enviado a todos os Eleitos através do Ofício Nº 06/2007-AM, da mesma data e à qual compareceram os seus membros, José da Cruz Curado Polido, Arménio de Pina Morais de Almeida, João Eduardo Miguéns Serralha, Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, Joaquim Marques Rodrigues, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, Mário Rui de Gouveia Macedo, João Carlos Nabais Pinto, Joaquim Maria da Costa, Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, António Manuel Caldeira Valente, Armando Manuel Maria Vieira Luís, Adelino José Polido Temudo, José Lopes Duarte Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), António dos Remédios da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boletão São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias), José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão) e Ilda Maria da Cruz Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa).

Não compareceram a esta Sessão os Eleitos Júlio Almeida Pires, José Manuel Tremoço Barreto e Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo).

E, como se encontravam em número legal para se poderem constituir em reunião, nos termos do nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão declarada aberta pelo Presidente da Mesa, Sr. José da Cruz Curado Polido, quando eram 14H45.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão, por parte do Executivo e conforme nºs 1 e 3 do Artº 48º da antes citada Lei nº 169/99, a Presidente da Câmara, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e os Vereadores, João Gonçalves da Costa e Maria de Fátima Dinis Carita Moura, a fim de poderem prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos desta mesma Sessão.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 2/2007, com data de 19 de Março de 2007, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 06/2007-A.M., da mesma data e antes referidos, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da anteriormente citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a se indica.

O Eleito Marco Oliveira e face ao atraso com que a Presidente da Câmara compareceu a esta Sessão (quarenta e cinco minutos para além da hora marcada na convocatória, o que equivale a quinze para além do estipulado no nº 2 do Artº 12º do Regimento da Assembleia Municipal de Nisa), apresentou um ponto de ordem à Mesa e solicitou que ficasse registada esta ocorrência, bem como a hora do início dos trabalhos, isto é, às 14H45, insurgindo-se contra tal facto, achando que se trata de uma falta de respeito da parte da Presidente do Executivo para com a Assembleia Municipal, solicitando, mais uma vez, que se diligencie no sentido de ser criado um endereço de e-mail exclusivo da Assembleia Municipal de Nisa, na página da Câmara Municipal.

O Presidente da Mesa alertou o plenário para a eventual necessidade de ter que marcar uma Sessão Extraordinária durante o próximo mês de Maio, para discussão e aprovação da constituição de uma equipa de trabalho, no âmbito do “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos 2007”, tendo entregue, para análise, uma proposta neste sentido.

Foi dado, ainda, conhecimento de uma carta do Eleito Júlio Pires, datada de 25 de Março de 2007, através da qual transmitia à Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, a sua impossibilidade de comparecer à Sessão de hoje, bem como da comunicação telefónica do Eleito José Manuel Barreto, no mesmo sentido.

Ponto Nº 1 – Deliberação Nº 3/2007

Concurso público para a concessão do Complexo Turístico do Rio Tejo.

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, a Presidente da Câmara começou por explicar o que se pretende, informando das tentativas já anteriormente levadas a cabo para a resolução do problema mas que, por razões de ordem burocrática, nomeadamente o facto de o complexo não poder ser considerada uma unidade hoteleira, ainda não teve um desfecho favorável. Referiu que, neste momento e após muito trabalho, o processo encontra-se devidamente organizado, no entanto, se a Assembleia Municipal achar conveniente, poderá e deverá proceder às alterações que julgar necessárias às cláusulas apresentadas, referindo que há interesse por parte de vários investidores privados em apostar no complexo.

O Eleito Arménio Morais referiu que, finalmente, vê-se em andamento uma proposta para tentar resolver um assunto que se arrasta há demasiado tempo e que não se pode deixar cair no esquecimento o que foi feito com dinheiros dos contribuintes, de modo a que a culpa, seja de quem for, “não morra solteira”. Acha estranho que só agora se esteja a tentar encontrar uma solução. Perguntou porque é que o Complexo Turístico do Rio Tejo não reúne as condições necessárias para que possa ser considerada uma unidade hoteleira e quem é que deixou chegar aquilo à situação degradante em que se encontra.

O Eleito Adelino Temudo e face às constantes interrupções causadas pelos toques dos telemóveis, o que em seu entender trata-se de uma falta de respeito para com o Plenário, solicitou à Mesa que tomasse providências, no sentido de que os mesmos sejam desligados. Sobre o assunto em apreço, referiu que achava grave que se dissesse que o Complexo Turístico do Rio Tejo não reúne as condições necessárias para ser considerada uma unidade hoteleira.

O Eleito Marco Oliveira, disse que se notava que, agora, já se nota um avanço para se tentar resolver o assunto, relativamente há algum tempo atrás, solicitando à Presidente da Câmara que diga ao Plenário que tudo o que têm em mãos é claro e se encontra devidamente legal. Referiu que teria todo o gosto que a proposta que viesse a ganhar, fosse apresentada por algum investidor com raízes no Concelho de Nisa, referindo que tal não é relevante, mas seria interessante, pelo que um dos critérios de adjudicação poderia apontar, precisamente, neste sentido.

O Eleito Joaquim Marques, referiu-se a este assunto, para dizer que a situação de vandalismo a que chegou o Complexo Turístico do Rio Tejo, nos remete para problemas de ordem social e que sobre a responsabilização do que se passou, não temos que encontrar aqui “bodes expiatórios”, mas tentar ver tudo isto num contexto global da sociedade portuguesa e dos problemas sociais que a afligem.

O Eleito Arménio Morais disse que, sempre que haja delapidação dos dinheiros públicos, tem que haver responsáveis. Não se está a tentar arranjar “bodes expiatórios”, sejam políticos ou pessoais. Acha que sobre este assunto, o que está em causa não é tanto a falta de segurança, mas sim o desinteresse manifestado por algo e algum desleixo. Referiu que o Complexo do Rio Tejo não é só aquilo que ali está, pois fazia parte de algo

mais vasto e que poderia ter sido aproveitado, em vez de chegar ao que chegou. Sobre o que é proposta, acha que se deveria dar um acerto nas percentagens apresentadas.

O Eleito Gilberto Manteiga também acha que terão que ser encontrados responsáveis para o que se passou, pois o que ali se encontra foi construído com verbas públicas. Acha que o que importa agora, é encontrar uma solução que seja viável para a exploração daquele complexo, para que o Concelho de Nisa possa progredir.

A Presidente da Câmara admite que se possa ter errado, ao tomar-se a decisão que se tomou, pois as Câmaras não estão vocacionadas para a construção de complexos turísticos, gastou-se dinheiro inutilmente, as verbas começaram a ser mal gastas logo no início da sua construção. Tem que se apurar, sim, como é que o dinheiro público começou a ser delapidado, mas logo desde o início. Informou que, neste momento, há condições viáveis para se resolver o problema daquele complexo, num contexto mais alargado.

O Vereador João da Costa disse que foi aqui dito que “não foram tomadas medidas e assumidas responsabilidades”. Sobre a vigilância do Complexo Turístico do Rio Tejo, fez uma breve resenha de tudo o que foi feito, das diligências que foram tomadas e que já havia dado esta informação em três Reuniões der Câmara e duas Sessões da Assembleia. Foram tomadas algumas medidas e quanto às suas responsabilidades, também já as assumiu, quanto mais não seja, pelas medidas que tentou tomar e que não resultaram em pleno.

O Eleito Arménio Morais e recuando um pouco no tempo, admitiu que também possa ter alguma responsabilidade, reportando-se ao tempo em que foi Vereador e em que foi assinado o contrato de exploração. Recorda que logo a seguir começaram a surgir falhas por parte do arrendatário e que, logo nessa altura, é que deveriam ter sido tomadas medidas de fundo e não foram. Acha que se aquilo tivesse sido construído no contexto em que era para o ser, talvez não tivesse chegado ao estado em que se encontra.

O Presidente da Mesa da Assembleia referiu que, enquanto Vereador, também esteve no processo de aquisição dos terrenos e, daí, talvez também seja “responsável” pelo que se passou, sendo que, quando tudo começou, foi sempre a pensar no bem-estar e desenvolvimento do Concelho de Nisa. Sobre o apuramento de responsabilidades, acha que tem que se apurar datas e factos e não estar, sempre, a culpar este ou aquele Executivo.

O Eleito Marco Oliveira, referindo-se ao que foi dito pelo Eleito Joaquim Marques, acha que é pura demagogia, ao querer desculpar o que se passou, com a situação social do País. Referindo-se ao que o Vereador João da Costa costuma afirmar de “que não me considero um político”, pensa que ele, com o discurso que apresenta, é o mais político de todos, achando-o até o maior “político profissional” do Concelho de Nisa. Para si, o que foi feito em matéria de segurança, foi muito pouco, pois se fosse feito algo mais, não tinha chegado ao que chegou.

A Eleita Ilda Pires acha que o Complexo Turístico do Rio Tejo pode ser comparado a uma herança e quando se recebe uma, há duas situações possíveis: ou é muito boa, ou então, muito má. Se for boa, batemos palmas, são não, há que tentar resolver o assunto da melhor maneira e a contendo de todos, tendo em vista os interesses do Concelho de Nisa. Aproveita esta sua intervenção, para convidar toda a Assembleia Municipal, para a “Mostra do Queijo de Tolosa”.

O Eleito Marco Oliveira e relativamente à Proposta, acha que o prazo de vigência de 25% é demasiado lato.

Após os esclarecimentos e intervenções antes descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 10/07, datada do dia 5 de Março de 2007, da Divisão Financeira, cuja cópia, previamente distribuída por todos os Eleitos, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação, a abertura de um “Concurso público para a concessão do Complexo Turístico do Rio Tejo”, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ponto Nº 2 – Deliberação Nº 4/2007

Aluguer operacional de viaturas para a Câmara Municipal de Nisa

Sobre o assunto em epígrafe, a Presidente da Câmara fez uma breve exposição do que se pretende com a abertura de um concurso público para “Aluguer operacional de viaturas para a Câmara Municipal de Nisa”, referindo que, com este procedimento, o Município poupa muito dinheiro, ao contrário do que se procedesse à aquisição, dizendo que a manutenção das viaturas é, depois de feitas as contas, o que mais caro fica, sendo que esta operação já está incluída no processo de aluguer.

O Vereador João da Costa referiu que, como é do conhecimento geral, o parque auto da Câmara Municipal de Nisa é obsoleto e está bastante degradado, uma vez que todas as viaturas e máquinas têm muitos anos, todas elas com milhares de quilómetros e horas de trabalho. Este sistema é altamente vantajoso para o Município e a esta conclusão chegou-se depois de se ter feito um trabalho exaustivo.

O Eleito João Pinto perguntou porque razão só apareceu uma proposta, tendo em conta os altos valores que estão em jogo. Quis, ainda, saber se, ao fim dos 48 meses, a Câmara fica definitivamente com as viaturas e a que preço, se em relação às velhas, estas vão para abate, se são entregues a Juntas de Freguesia ou o que se vai fazer com elas.

O Eleito Arménio Morais com este sistema, pois, actualmente para as câmaras, torna-se incomportável adquirir viaturas novas. Disse ter notado que no júri do concurso não havia nenhum elemento político, pensa que por se tratar de um assunto que tem mais a ver com problemas que dizem respeito aos técnicos.

O Eleito Marco Oliveira acha natural que se proceda à renovação do parque automóvel da Câmara Municipal de Nisa, atendendo ao estado a que as viaturas e máquinas estão a chegar, muito devido aos anos e uso que têm. Disse ter reparado que a Proposta é de Julho de 2006 e só vem a ser apresentada em Março de 2007.

O Eleito Gilberto Manteiga dirigiu uma referência elogiosa ao Executivo por ter recorrido a este sistema de renovação da frota, dizendo que, até nas cores escolhidas e constantes dos critérios, se revela a preocupação da Câmara em querer poupar.

O Eleito João Eduardo referiu que desconhecia o estado obsoleto a que o parque de viaturas da Câmara havia chegado. Disse que há dois anos que teve início o actual mandato e que há quem ainda não conheça algumas instalações municipais, sendo que são feitos empréstimos para tudo e os Eleitos da Assembleia Municipal nunca chegam a ver onde os dinheiros são aplicados.

A Eleita Ilda Pires disse que, se o Eleito João Eduardo não conhece todas as instalações municipais, ela, pelo contrário, conhece-las muito bem, uma vez que, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, tem que se deslocar muitas vezes aos diversos Serviços, onde, sublinhou, é sempre bem atendida.

O Vereador João da Costa, referindo-se ao que foi dito pelo Eleito João Eduardo, disse que, talvez seja uma falha do Executivo, por não ter mostrado as instalações a todos os Eleitos, nomeadamente aos da Assembleia Municipal, mas acha que não deve ser por isso que a compra das viaturas irá deixar de fazer-se dentro da normalidade e de modo a servir os interesses do Município.

Após os esclarecimentos e intervenções antes descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 32/07, datada do dia 23 de Fevereiro de 2007, da Divisão Financeira/Secção de Aquisições e Património, cuja cópia, previamente distribuída por todos os Eleitos, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação, a abertura de um “Concurso público para aluguer operacional de viaturas para a Câmara Municipal de Nisa”, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artº 78º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção.

Ponto Nº 3 – Deliberação Nº 5/2007

Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos 2007. Iniciativas sobre o direito à igualdade e não discriminação.

De posse do documento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, Refer^a 02/EMAEIOT/2007, sobre o assunto a que acima se faz referência, a Presidente da Câmara explicou o seu conteúdo e salientou o facto de, na Câmara Municipal de Nisa, há já muitos anos se tem vindo a por em prática estas medidas, uma vez que a mesma tem nos seus quadros trabalhadores possuidores de diversas deficiências físicas e nem por isto se sentem discriminados, ao contrário do que se passa com as políticas governamentais, que têm acentuado, cada vez mais, as diferenças e as igualdades de oportunidades para todos.

O Eleito Joaquim Rodrigues, relativamente ao assunto e ao grupo de trabalho que se pretende criar, deu algumas explicações e salientou o que de bom isto pode vir a trazer.

O Eleito Arménio Morais achou o documento interessante, mas desprovido da realidade, pensando que é um deitar de poeira para os olhos, pois a discriminação por toda a Europa, em todas as formas e sobre todas as condições étnicas, religiosas, etc., é uma realidade. Para haver uma igualdade completa e efectiva, tem que começar a haver uma educação nas escolas, logo do princípio, pensando que, se não se mudarem as políticas sociais, nunca vai haver igualdade.

A Eleita Florinda Fortunato disse que admitia que, sobre esta questão, muitas vezes possa haver um paradoxo. Referiu que discordava do que havia dito o Eleito Arménio Morais pois, ao tentar sensibilizar-se as pessoas para o assunto, já se está a fazer alguma coisa.

A Presidente da Câmara disse que compreendia as palavras proferidas pelo Eleito Arménio Morais, mas tem que se fazer um esforço pois, se ficarmos parados, não se consegue nada. Acha que é importante esta reflexão.

O Presidente da Mesa da Assembleia solicita às forças políticas que façam chegar nomes de possíveis elementos para integrar a comissão a criar, de modo a ser votada na Sessão a marcar para Maio próximo, conforme informação que prestou no início.

Após os esclarecimentos e intervenções antes descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, conforme conteúdo do Ofício anteriormente mencionado, cuja cópia, previamente distribuída por todos os Eleitos, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação, o desencadear de um processo que vise desenvolver iniciativas no âmbito do assunto em apreço, o que veio a ser aprovado por unanimidade.

Ponto Nº 4 – Deliberação Nº 6/2007

Justificação de faltas de Eleitos a Sessões da Assembleia Municipal.

Justificar, por unanimidade, as faltas dadas à Sessão de hoje pelos Eleitos Júlio Almeida Pires e José Manuel Barreto, o primeiro por se encontrar ausente do País, conforme justificação que apresentou por escrito e o segundo por motivos de ordem profissional, conforme comunicação telefónica.

Ponto Nº 5 – Deliberação Nº 7/2007

Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, todas as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe os nºs 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, podendo as mesmas adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

A presente Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por seis folhas numeradas e rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. José da Cruz Curado Polido e por mim, António Maria Curado Carrasco, Chefe da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.



MUNICÍPIO DE NISA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NISA

Acta presente em Sessão _____,
realizada do dia ____/____/____ e aprovada por
_____, conforme Deliberação Nº ____/____.

- Favor:

- Abstenção:

- Contra: